

lismo, drogas, música alta, perturbação do sossego do cidadão de bem.

Eu tenho um projeto nesta Casa que é o Caminhão Tempestade para combater isso, para que a gente possa ter, além dos nossos guardas municipais equipados, trabalhando, formados para combater esse tipo de ação criminosa, que eles possam estar resguardados devidamente, e o caminhão tempestade, que é aquele caminhão de água para inibir e afastar o fluxo que acontece nos bairros.

Na cidade de Jacareí, na Guarda Municipal de Jacareí - inclusive a cidade a qual eu pedi à senhora que, junto comigo, pudesse enviar recursos para maior formação e qualificação da Guarda Municipal - nesse final de semana, houve um problema lá, e um dos moradores da cidade registrou o momento em que a guarda municipal atuou no combate a esse fluxo.

Eu peço, por gentileza, que transmita para nós o vídeo com o momento exato, e eu quero que você olhe a importância da nossa polícia municipal, e de que os prefeitos entendam, valorizem e reconheçam a sua polícia do município.

\*\*\*
- É exibido o vídeo.
\*\*\*

Quando temos uma polícia qualificada - polícia municipal, militar, civil, a população sabe reconhecer.

Por isso, sempre, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa e Valorização das Guardas Municipais do Estado de São Paulo, subo novamente a esta tribuna para mostrar a você, população, mostrar aos meus colegas parlamentares e mostrar a todos os prefeitos a importância de se investir nas guardas dos municípios.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sra. Deputada, faço minhas as palavras de V. Exa., tanto no que concerne aos agradecimentos pelo apoio dado a todas as vítimas, familiares de vítimas, pessoas vitimadas no geral, alcançadas por essa tragédia que acometeu o litoral paulista, e também no que tange ao apoio às guardas municipais, que prestam serviço da maior importância, não só na esfera da Segurança Pública mas também no âmbito social.

Sigo aqui com a lista dos oradores inscritos, chamando à tribuna a nobre deputada Daniela Braga. (Pausa.) E novamente o deputado Carlos Giannazi, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, de volta à tribuna no dia de hoje, eu quero aqui manifestar o nosso total apoio ao projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados, em Brasília, o PLP 21/2023, que fortalece a nossa luta aqui em São Paulo e, na verdade, em todo o Brasil. Porque, desde que foi aprovada a Lei Complementar no 173, a famigerada lei que congelou, em todo o Brasil, os quinquênios, anuênios, triênios, o direito à licença-prêmio, à sexta-parte, durante a gestão do famigerado desgoverno genocida do Bolsonaro...

Foi a famosa granada que o Paulo Guedes disse que colocaria no bolso dos servidores públicos, e colocou. Colocou várias granadas; uma delas foi exatamente a Lei Complementar no 173, que inviabilizou a evolução funcional de milhões de servidores em todo o Brasil, interferindo, inclusive, nos municípios e estados.

E nós, já na época, nos mobilizamos contra essa lei, fizemos vários movimentos contra a Lei Complementar no 173, que é essa lei que foi aprovada em 27 de maio de 2020.

Eu, inclusive, apresentei um projeto, que tramita aqui na Assembleia Legislativa; e acionamos a PGR. Mas agora nós temos um reforço muito importante que pode resolver definitivamente essa situação, que é o PLP 21/23, da deputada federal aqui por São Paulo, deputada Professora Luciene Cavalcante, que é da carreira do Magistério municipal, supervisora de ensino, é advogada, é uma militante em defesa dos servidores de São Paulo.

Inclusive, é a primeira integrante da carreira do Magistério municipal que exerce um cargo de deputada federal, ou seja, a primeira deputada federal da rede municipal de ensino. Então, uma das prioridades do mandato dela, que é um mandato aliado do nosso - do meu e do vereador Celso Giannazi, do coletivo Educação em Primeiro Lugar -, é derrubar esse congelamento.

E esse projeto é muito importante, o PLP 21/23, porque ele faz justiça em relação a milhões de servidores que foram prejudicados por essa lei, por essa decisão que prejudicou os nossos servidores, não só no campo da evolução funcional, mas também proibiu reajustes salariais, reposição de perdas salariais, proibiu concursos públicos. Foi um verdadeiro ataque generalizado aos nossos servidores.

Mas nós estamos em luta pela aprovação desse projeto. Há um abaixo-assinado. Siguio às pessoas que quiserem participar: é importante que acionem as nossas redes sociais, a da deputada federal Luciene Cavalcante também, e assinem esse abaixo-assinado, para que nós possamos reverter essa situação.

Esse projeto tem que ser aprovado em caráter de extrema urgência, porque os servidores já foram duramente penalizados com arrocho salarial, com o processo da pandemia. Eles trabalharam, todos os servidores trabalharam - e trabalharam muito – durante a pandemia. O pessoal da Saúde, da Segurança Pública – esses já tiveram o descongelamento, mas os outros servidores... A Educação não teve, por exemplo. Os servidores da Educação trabalharam muito; muitos morreram, foram contaminados.

Então, tem que se fazer justiça. Todo o nosso apoio a esse projeto. Nós vamos pressionar o governo federal e o Congresso Nacional para que o projeto seja aprovado, repito, em caráter de extrema urgência.

E aqui em São Paulo, nós também temos um movimento. Já tínhamos um projeto tramitando, porque, como já tinha ocorrido a liberação para que os servidores da Saúde e da Segurança Pública tivessem esse descongelamento...

Eles tiveram, inclusive, através de um outro projeto de lei aprovado no Congresso Nacional. Nós, inclusive, acionamos a PGR para que esse direito, esse benefício fosse estendido a todos os servidores, de todas as áreas - do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, aqui da Assembleia Legislativa, da Educação e de outros setores que ficaram de fora e, repito, que trabalharam e trabalharam muito.

Então era isso, todo o nosso apoio. Peço o apoio também dos servidores: assinem o abaixo-assinado que está nas nossas redes sociais. Você pode acessar a minha, Carlos Giannazi, a da deputada federal Luciene Cavalcante e assinar esse abaixo-assinado, para que nós possamos ter mais força de pressão no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Vossa Excelência vai fazer uso da palavra novamente?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Só queria fazer uma pequena comunicação antes do levantamento.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Pois não.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Hoje é uma data importante, uma data histórica para nós, no Brasil, porque nós iniciamos uma campanha de vacinação contra a Covid. Hoje o governo federal, através do Ministério da Saúde... Agora nós temos um Ministério da Saúde que se pauta pela ciência, que não defende a cloroquina, defende a vacina, vacina no braço, não a cloroquina.

Então nós começamos uma campanha importante de vacinação da nova vacina que já chegou ao Brasil, que é a vacina bivalente. Essa vacina é muito importante no combate a Covid-19, porque a Covid continua aí, inclusive adoecendo pessoas, e muitas pessoas morrem no mundo. Então é muito importante a prevenção.

Temos que dar sequência a esse processo, e são cinco fases desse processo de vacinação. A primeira começa no dia de hoje, para pessoas acima de 70 anos; no dia 6 de março, para pessoas de 60 a 69 anos. São cinco fases que estão sendo divulgadas pela imprensa, pelo Ministério da Saúde.

O apelo que a gente faz é para que as pessoas se vacinem. Não entrem no discurso antivacina. Quem toma vacina não vira jacaré, não pega Aids. Isso é coisa do passado, coisa do governo genocida do Bolsonaro, da extrema direita nazifascista que difundiu essas ideias através de fake news, e muita gente morreu por conta disso.

O próprio ex-presidente, a AGU divulgou recentemente que ele tomou a vacina. Ele estimulava as pessoas a não tomarem a vacina, as pessoas morriam, e ele, covardemente, tomou a vacina, enganou os seus próprios seguidores.

Muita gente se arrependeu de não tomar a vacina, mas agora o momento é outro. Nós vivemos um novo tempo, o tempo da ciência, e hoje a vacina salva vidas. Esse processo tem que ser propagado e continuado em todo o Brasil.

Então viva a vacina! Vacina no braço de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - É regimental. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os nossos trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de 14 de fevereiro.

Informo que o presidente já convocou Colégio de Líderes também para amanhã, às 14 horas, então muito provavelmente haverá votação ainda amanhã, quem sabe. Já deixo avisado, porque a população gosta de acompanhar. Uma excelente tarde a todos.

Está levantada a presente sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 29 minutos.

\*\*\*

## 28 DE FEVEREIRO DE 2023 17ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: CARLOS GIANNAZI, MAJOR MECCA, DIRCEU DALBEN e CARLÃO PIGNATARI

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - MAJOR MECCA

Assume a Presidência.

4 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - DR. RAUL

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - DIRCEU DALBEN

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - PAULO LULA FIORILO

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - DIRCEU DALBEN

Assume a Presidência.

9 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - BARROS MUNHOZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - MAJOR MECCA

Assume a Presidência. Endossa o pronunciamento do deputado Barros Munhoz. Presta condolências ao povo de Itapira em razão do falecimento do professor José de Oliveira Barretto Sobrinho.

12 - BARROS MUNHOZ

Solicita a suspensão da sessão, por acordo de lideranças, até as 16 horas e 30 minutos.

13 - PRESIDENTE MAJOR MECCA

Defere o pedido e suspende a sessão às 14h53min.

ORDEM DO DIA

14 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h35min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados os requerimentos de urgência ao PL 571/22, ao PR 01/23, e ao PL 31/23. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado requerimento, da deputada Maria Lúcia Amary, de constituição de comissão de representação, com a finalidade de participar das comemorações do Dia Mundial de Doenças Raras, a realizar-se hoje, em Porto Alegre/RS. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Gil Diniz, de constituição de comissão de representação, com a finalidade de participar da Conferência Anual de Ação Política Conservadora, a realizar-se de 1º a 8 de março, em Washington, Estados Unidos. Convoca as Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos do Consumidor, e de Finanças, Orçamento, e Planejamento; as Comissões de Constituição, Justiça e Redação, e de Finanças, Orçamento e Planejamento; as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e as Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, para reuniões conjuntas a serem realizadas hoje, às 16 horas e 45 minutos.

15 - CARLOS GIANNAZI

Declara voto contrário ao requerimento de urgência ao PL 571/22, em nome do PSOL.

16 - PROFESSORA BEBEL

Para comunicação, faz pronunciamento.

17 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Tece considerações sobre a pauta da sessão.

18 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, faz pronunciamento.

19 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.

20 - CARLOS GIANNAZI

Solicita a suspensão da sessão por 30 minutos, por acordo de lideranças.

21 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h41min, reabrindo-a às 17h20min. Convoca sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão.

22 - DELEGADO OLIM

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

23 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 01/03, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

- Passa-se ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra deputado Castello Branco. (Pausa.) Com a palavra deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Com a palavra o deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Com a palavra o deputado Major Mecca, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os deputados e deputadas, a todos os funcionários que nos dão suporte, a todos vocês que nos acompanham pela TV Alesp e pelas redes sociais.

Nós não podemos deixar de trazer à tribuna desta Casa Legislativa o trabalho que está sendo feito no Litoral Norte pelos nossos policiais militares, pelos nossos policiais civis, os policiais técnico-científicos. É de encher de orgulho, todos nós paulistas e paulistanos, o trabalho e o sacrifício desses homens e mulheres.

Eu, pelo menos, me orgulho muito em pertencer à Polícia Militar do Estado de São Paulo, e não posso deixar de trazer à tribuna desta Casa exemplos de dedicação, exemplos de amor ao próximo e de amor à causa pública.

Por gentileza, eu gostaria de que colocasse na grande tela aqui da nossa Assembleia Legislativa, os nossos homens do Corpo de Bombeiros, da Radiopatrulha, trabalhando, salvando vidas e acolhendo famílias.

Infelizmente, muitos perderam sua vida. Está aí o nosso helicóptero Águia – retorne esta foto, por favor – resgatando morador que se encontrava em pontos isolados da Barra do Sahy – pode continuar. E ficam aqui os nossos agradecimentos aos nossos policiais, o aplauso do povo do estado de São Paulo a esses guerreiros da Polícia Militar.

Não é a toa que há quatro anos eu venho a esta tribuna brigar pelos direitos e pelas garantias desses homens e mulheres. Quando eu cheguei lá em São Sebastião, Sras. Deputadas e Srs. Deputados desta nobre Casa, eu conversei com policiais que estavam há 72 horas trabalhando salvando vidas, se sacrificando, buscando se superar, física e psicologicamente, para servir ao próximo.

Aí eu pergunto aos senhores. Sabe quanto ganha de hora extra um policial, quando está em uma situação como essa? Zero reais, porque ele não tem hora extra. Sabe quanto eles ganham de adicional noturno? Zero reais, porque eles não têm adicional noturno.

Pasmem, se um policial, exercendo a sua atividade, se machucou, Dr. Raul, ele vai permanecer afastado e o salário dele vai diminuir. E é contra esses absurdos que nós estamos trabalhando aqui na Assembleia Legislativa. Nos últimos quatro anos conseguimos alguma coisa? Nada. Também zero, porque o governo deixou de lado os nossos policiais.

No entanto, neste momento, eu trago ao conhecimento de todos vocês, do povo do estado de São Paulo, que nos ouve, nos acompanha e depositou a sua confiança: 225 mil votos eu tive nessa última eleição.

Eu tenho que trazer a esta tribuna a expectativa desses homens e mulheres que eu acabei de mostrar na tela da Assembleia Legislativa, porque são anseios que eu recebo, manifestações no meu WhatsApp, nas minhas redes sociais, nas ligações que recebo e nas conversas que tenho pessoalmente nas ruas de São Paulo, como tive lá no litoral norte com nossos policiais.

O soldado olha para mim e pergunta: "Chefe, será que agora vamos ter uma valorização digna? Será que nós teremos melhores salários agora?" E eu respondo a todos eles, hoje eu respondo a eles: "Nós teremos sim, porque nós estamos aqui para lutar por isso". Continuaremos enviando todos os nossos esforços, os nossos trabalhos, para que esses homens e mulheres sejam valorizados à altura do trabalho que prestam ao nosso povo.

Eu não poderia deixar de alertar a todos os parlamentares desta Casa, como fiz, como faço, hoje a gente tem portas abertas no governo do estado de São Paulo, ao nosso governador Tarcísio, ao secretário de Segurança Guilherme Derrite.

Parabéns, secretário. Parabéns comandante da Polícia Militar, coronel Cássio; coronel Freixo, subcomandante. Parabéns ao delegado-geral, Dr. Artur; Dr. Nico, secretário adjunto, pois eu os encontrei lá em São Sebastião. Estavam todos com o pé na lama ao lado dos nossos soldados. Trabalhando ombro a ombro.

E esse trabalho político também tem que ser ombro a ombro, como eu falei na Secretaria de Segurança Pública, a verdadeira mudança somente será concretizada no dia em que um soldado da Polícia Militar assumir o seu turno de serviço no pátio da companhia e um soldado falar para o outro: "A minha vida e a da minha família melhorou". Aí o nosso trabalho estará concluído.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Gostaria de chamar V. Exa. para presidir esta sessão. Com a palavra o deputado Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Com a palavra a deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) E agora passo a palavra para o deputado Major Mecca.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Major Mecca.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Assumindo a Presidência desta sessão, chamo para fazer uso da tribuna, pelo tempo regimental de cinco minutos, o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, público aqui presente, eu quero, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, repudiar veementemente esse ataque que o governador Tarcísio de Freitas fez hoje ao Ministério Público Estadual. Ministério Público que tem feito um trabalho importante de fiscalização em várias áreas, mas sobretudo nessa área da CPTM em relação à "privataria" tucana das linhas oito e nove.

Eu me refiro aqui às linhas Diamante, que é a oito, e a nove, que é a linha Esmeralda, que todos acompanham pela grande imprensa o desastre da privatização dessas duas linhas em São Paulo.

Ontem, completou um ano da privatização dessas duas linhas e só nesse período nós tivemos mais de 127 irregularidades, atrasos. O tempo todo a imprensa tem mostrado isso. A população fica basicamente abandonada e o Ministério Público está investigando.

Já que a Assembleia Legislativa não investiga, porque a Assembleia é o "puxadinho" do Palácio dos Bandeirantes, eu fiz várias denúncias. Acionei o Ministério Público estadual já lá atrás contra esses atrasos, contra essas irregularidades. Acionei o Tribunal de Contas do 17do Estado de São Paulo e, no entanto, mesmo assim...

E o Ministério Público, corretamente, investigou com profundidade, com dados, e percebeu a gravidade da situação, porque a população está pagando caro por isso, sobretudo dessas duas regiões que são atendidas pelas linhas oito e nove, inclusive uma que eu conheço bastante, que é a linha Esmeralda, que é na minha região de Santo Amaro, Grajaú, Jurubatuba. Toda aquela região eu conheço bastante e ouço todos os dias reclamações. Já fui lá, já fiz diligências. A situação é grave e o Ministério Público corretamente, além de investigar, defende o fim dessa privatização, porque essa privatização e tantas outras se colocam contra a população.

Aí o governador Tarcísio hoje fez a seguinte declaração contra o Ministério Público estadual, ele disse o seguinte: "O governador do Estado sou eu, o Executivo está aqui. No dia em que você permitir que o Ministério Público governe o estado

para você, você está morto", afirmou o governador. Está hoje aqui na imprensa, aqui no G1; falou hoje isso. Um absurdo!

O Ministério Público não quer governar; o Ministério Público fiscaliza. Ele foi construído, ele foi formado para fiscalizar o Poder Executivo – e o Poder Legislativo também. É a função dele. E o Ministério Público tem cumprido essa função e denunciado exaustivamente – investigado e denunciado – e tomou partido.

O partido é em defesa do povo, do erário público, da população, porque o Ministério Público é o partido do povo; está a serviço da população. Ele fiscaliza o Poder Executivo – repito – já que a Assembleia Legislativa não cumpre esse papel, que deveria fiscalizar.

Nós já pedimos a convocação do presidente da Secretaria de Transportes, mas nada. Nem isso é aprovado aqui na Assembleia Legislativa. Então eu queria fazer aqui esse protesto contra o governador, criticar a fala do governador, que ao invés de ficar do lado da população da periferia da nossa cidade, que sofre, ele prefere ficar do lado da Via Mobilidade.

O que é a Via Mobilidade, pessoal? A Via Mobilidade é um consórcio de empresas ligadas à CCR. A CCR é essa empresa que administra a farra dos pedágios no estado de São Paulo.

É ela que está por detrás da Via Mobilidade, que o governador está defendendo. E tem uma outra empresa também, que é essa RuasInvest Participação, que é a empresa que tem o monopólio aqui na cidade de São Paulo do transporte urbano, dos ônibus.

Então é disso que se trata. O governador saiu em defesa dessas empresas, da privataria tucana. Eu falo que agora não é mais a privataria tucana, Dr. Raul, porque os tucanos praticamente estão historicamente sepultados no estado de São Paulo.

Acabou o tucanistão no nosso Estado. Então agora eu falo que é a privataria bolsotucana, porque o bolsionarismo, que também é privatista, dá sequência à privataria tucana no estado de São Paulo.

Tanto é - para concluir, Sr. Presidente - que hoje o governador anunciou a maior privataria do estado de São Paulo. Vai privatizar através das PPPs – olhe só, eu falei aqui da farra dos pedágios da CCR – e ele anunciou hoje as concessões via PPPs de 1.800 quilômetros de estradas entregues à iniciativa privada.

Isso significa o quê? Pedágios, mais pedágios no estado de São Paulo. Então o PSDB é o tucanistão, ele continua vivo, mas de outra forma agora, dentro do bolsonarismo, que hoje governa o estado de São Paulo. Voltarei à tribuna para continuar falando sobre essa privataria bolso-tucana, que vai arrebentar o estado de São Paulo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Muito obrigado, deputado Carlos Giannazi. Dando sequência à relação dos oradores inscritos, deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.)

Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputada Edna Macedo. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Dr. Raul.

Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos para o uso da palavra.

O SR. DR. RAUL - PODE - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente, Major Mecca, eu queria dizer que quero comungar aqui com as suas palavras em relação aos policiais, aos funcionários também do Samu, da urgência e emergência.

Nós já discutimos aqui coisas absurdas que a gente fica sabendo. Acabei de saber mais uma aqui agora que eu sei a opinião desses for afastado ainda vai ter o salário diminuído e ainda não ganha nenhum plus.

Não existe profissão nenhuma que você vai executar e que você não vai ter um plus de aumento se estiver fazendo uma hora extra. Em qualquer lugar é assim, você tem que valorizar os profissionais.

Descobri aquela vez, por meio de conversar com um policial, que eles tinham que pagar inclusive o conserto da viatura. Colocamos aqui um projeto de lei junto com o Major Mecca exatamente nesse sentido, e agora ainda fico sabendo mais essa.

Então ficam aqui as minhas palavras também de apoio às suas, que o senhor acabou de dizer aqui no plenário.

Quero dizer que na última sexta-feira nós estivemos lá na nossa cidade, que é Bauru, nós fizemos uma audiência pública, deputado Dalben, que foi uma audiência pública em que nós conseguimos reunir 68 municípios dentro da Casa do Médico.

Eu queria que comessem a passar as fotos enquanto eu vou falando.

Então o vice-prefeito também é médico, que é o Dr. Orlando. Nós reunimos os hospitais da região que dão guarida a esses 68 municípios. Tem agora o recém-inaugurado Hospital das Clínicas, você tem o Hospital Estadual, você tem o Hospital Manoel de Abreu, você tem a Maternidade Santa Isabel, o Hospital de Base, que atende urgência e emergência, e também foi o Hospital Thereza Perlatti, de Jaú, que está com data marcada, deputado, no próximo dia 31, de querer fechar as portas, porque está em uma situação muito difícil.

Hoje, às 18 horas, nós temos uma reunião com o Sr. Edson Rogatti exatamente para discutir essa situação. Nós tiramos dessa reunião com 68 municípios - tinha secretários de Saúde, vereadores, deputados, o deputado Madalena também estava presente, além dos prefeitos e vice-prefeitos, nós tivemos pessoas da sociedade que foram dar as suas opiniões.

O que foi mais importante: a discussão, juntamente com os hospitais, do que é preciso para que esses hospitais possam exercer uma boa medicina.

Eu estive conversando exatamente agora há pouco com o deputado Dalben sobre tomógrafo. Poucas pessoas sabem que existe tomógrafo que precisa ter capacidade acima de 120 quilos. Lá em Bauru não tem um tomógrafo na rede pública que possa fazer um exame em pessoas com mais de 120 quilos.

Então a pessoa que estiver acima de 120 quilos e estiver passando mal, pronto: complicou tudo. Então é uma necessidade.

Nós fomos somando com as direções dos hospitais e nós estamos identificando a quantidade de leitos necessária, a hemodiálise que precisamos pelo menos colocar mais cadeiras de hemodiálise, endoscopia, e o hospital que está lá, que foi inaugurado, entre aspas, para que ele consiga funcionar na sua plenitude é necessário que os leitos de UTI possam ter equipamentos.

Você tem que ter respirador, não adianta você ter apenas o leito. Tem que ter o respirador para colocar um paciente com uma pancada na cabeça, um acidente vascular cerebral. Você tem que ter um tomógrafo, tem que ter uma ressonância nuclear magnética, e isso não tem nesse momento, nesses hospitais.

E nós fizemos um levantamento de todos esses investimentos, em todos esses hospitais e chegamos a um número próximo de 70 milhões de reais que nós vamos apresentar de forma pormenorizada ao secretário de Saúde no próximo dia sete.

Então eu vou pedir que os novos deputados pudessem dar um pouco de força para a gente, para que a gente possa mostrar que não adianta só você ter a capa do hospital. Eu, como médico, não posso me calar frente a isso porque nós precisamos ter condições de dar um atendimento.

O número de leitos que estão disponíveis lá, de UTI, é necessário que se aumente pelo menos mais 61 leitos de UTI. Esse hospital que foi recentemente inaugurado está funcionando com 10 leitos de UTI,